

Brasil E Uruguai: Os Governos Dilma E Mujica E A Integração Regional

Augusto Lliovett¹
Leonardo Betemps²

Resumo

O trabalho visa analisar as Relações Brasil-Uruguai nos governos Rousseff e Mujica e o avanço da cooperação e simetria entre os países em suas relações internacionais. Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica com relação à história diplomática de ambos e uma análise comparada focada nas gestões de Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez (Uruguai).

Palavras-Chaves

Dilma Rousseff; José Mujica; Integração Regional; Política Externa; Cooperação Sul-Sul.

1. Introdução

As relações Brasil e Uruguai datam do século XIX. Localizados na região da Bacia do Prata, ambos os Estados viveram na condição de colônias ibéricas, divergiram e sediaram conflitos até as primeiras décadas de 1800. Em 1828, a República Oriental do Uruguai foi definitivamente instituída, possibilitando a este novo ator relacionar-se diplomaticamente com o seu vizinho brasileiro. O laço histórico que une esses países corroborou para a criação de um projeto integracionista chamado Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no início dos anos 1990.

Em 2011 o MERCOSUL completou 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção. Tratado este que deu vida ao mesmo bloco inicialmente composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente bloco tem uma nova conjuntura com a entrada da Venezuela (2012), Que aumento seu espaço geográfico, sua economia e sua população. Isso também originou outras assimetrias no grupo com os frequentes embargos e retaliações entre Brasil e Argentina; a própria adesão venezuelana à instituição; e a suspensão do Paraguai do bloco desde junho de 2012. Esses fatores enunciados colaboram para que Brasil e Uruguai busquem diminuir suas diferenças bilateralmente não tendo de aguardar por ações multilaterais que englobem todo o MERCOSUL.

Sendo assim, A questão tratada neste artigo refere-se a analisar os governos brasileiro (Dilma) e uruguaio (Mujica). Busca-se demonstrar com esse trabalho que os governos aumentaram a cooperação já existente e criaram uma linha de simetria de posicionamento multilateral e de relacionamento com os membros do MERCOSUL. Esta hipótese se cogita tendo em vista, os tratados realizados, um novo grupo criado, bem como a afinidade de políticas no plano multilateral e nos posicionamentos comuns frente às nações sul-americanas.

Diante das considerações apresentadas, este trabalho tem como objetivo principal analisar a diplomacia entre o Brasil e o Uruguai, principalmente, nos anos iniciais dos governos Mujica e Dilma.

Para elucidação da questão central fora realizada uma pesquisa bibliográfica com a intenção de estudar as relações históricas entre Brasil e Uruguai, utilizando dissertações e livros sobre política exterior do Brasil e da América Latina. E uma análise comparada das relações entre Lula-Vázquez, antecessores de Dilma e Mujica, com os atuais presidentes, utilizando autores para descrever os

¹ Augusto Barbosa Lliovett é acadêmico do quarto semestre do curso de Relações Internacionais da Faculdade IDEAU Bagé. augustolliovett@gmail.com

² Leonardo Betemps é mestre em Ciências Sociais e coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade IDEAU Bagé. leonardobetemps@hotmail.com

primeiros e análise de discursos, tratados e ações nos segundos. O texto foi dividido em três partes, além da introdução e referências. A primeira parte reconstrói o histórico das relações brasileiro-uruguaias sob a ótica da política externa brasileira. A segunda trata-se da comparação já citada. E por fim, na terceira parte são tecidas as últimas reflexões deste trabalho.

2. História das Relações Brasil-Uruguai

No ano de 1821 o Reino de Portugal anexou a Banda Oriental a seu território, e a nomeou Província Cisplatina. Logo após, em 1822, o Brasil conquistou sua independência de Portugal, e a província recém-anexada ficou sob domínio brasileiro. A Argentina logo não reconheceu as terras da província, atual Uruguai, como sendo brasileiras e em 25 de agosto de 1825 exigiu a devolução da região que fora outrora da coroa espanhola (Pereira 2007). A mesma autora explica o que ocorreu a seguir:

Diante da recusa brasileira, o combate armado tornou-se inevitável para as partes, tendo sido a primeira providência do Império do Brasil bloquear os portos da região, no início de 1826. O conflito cessou somente quando a Grã-Bretanha interferiu no processo, ao propor uma Convenção de Paz, em 1828. Com o fim dos embates, a então Província Cisplatina tornou-se o Estado do Uruguai, do qual Fructuoso Rivera tornar-se-ia o primeiro presidente. (Pereira 2007, 10)

A partir do estabelecimento de um Estado soberano uruguaio foi possível traçar o início das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai. A Guerra da Cisplatina, ou *Guerra del Brasil*, assim denominada pelos uruguaios, aconteceu entre 1825 e 1828, resultando na saída da Província Cisplatina da jurisdição território brasileiro. Foi o primeiro conflito militar dos quatro que ficaram conhecidos como Questão do Prata.

O Segundo Império sempre procurou evitar a integração dos demais países platinos. Uma política de aproximação ou aliança entre eles não era bem vista, pois poderia prejudicar uma hegemonia “natural” brasileira na América do Sul. Assim sendo a manutenção da soberania uruguaia se tornou uma das prioridades da agenda internacional do Brasil. Sendo que até 1850, o Estado brasileiro teve uma posição de neutralidade, após, passou a intervir no Uruguai e na região. Neste ano o Brasil se aliou aos Colorados Orientais do Uruguai, e também ao Paraguai através de um acordo que visava formar uma aliança contra a Argentina (governada por Juan Manuel de Rosas), afirmar um governo uruguaio favorável ao país e garantir a livre navegação nos rios da região (Silva & Gonçalves 2009). O plano passou a ser colocado em prática e a Guerra do Prata, como ficou conhecida, se deu conforme Moreira (2010):

Com a ascendência do Império Brasileiro sobre o governo uruguaio, Rosas rompeu relações diplomáticas com o Império e, em 1851, declarou guerra à aliança Brasil/Uruguai/Urquiza. Derrotado na Batalha de Caseros pelos aliados, Rosas foi para o exílio na Inglaterra. Sua queda significou além do fim da Confederação Rosista, e a consolidação da independência do Uruguai, o restabelecimento das relações diplomáticas entre Argentina e o Brasil e a unificação da Argentina sob um governo constitucional. (Moreira 2010, 56)

Dom Pedro II manteve a política intervencionista na região e entre 1854 e 1864, interferiu em três oportunidades: duas vezes para manter o governo de Venancio Flores no Uruguai, e a seguir em 1864 lutou contra Atanasio Cruz Aguirre, que era aliado do ditador paraguaio Solano Lopez. O conflito que resolveu a questão do Prata foi a Guerra do Paraguai. Desta vez Brasil, Uruguai e Argentina uniram forças para enfrentar o Paraguai de Lopez, no maior conflito armado da América do Sul, entre

1864 a 1870. A tríplice aliança formada por pelos três saiu vitoriosa (Silva & Gonçalves 2009). Esses conflitos sintetizam a essência de uma das faces da política externa do Brasil, pautada pela autonomia, intervenção e expansionismo.

A política externa no início do século XX passou por mudanças em toda a América do Sul. Com os territórios já definidos, os Estados passaram a se preocupar com sua imagem no exterior, já que anteriormente havia uma briga constante por fronteiras e pela manutenção das soberanias dos Estados que recém haviam se consolidados como atores. Buscou-se o concerto, a pacificação através da assinatura de acordos internacionais e da abertura de consulados. (Moreira 2010).

Do lado brasileiro, desde o início de seu primeiro governo republicano, este país se aproximou do Uruguai. O amadurecimento na relação com vizinho uruguaio começou com o Tratado de Limites de 1909 que versava sobre os limites dos dois países. O Barão de Rio Branco, ministro das relações exteriores, cedeu unilateralmente o condomínio da Lagoa mencionado e do Rio Jaguarão. Esse fato contribuiu de maneira ímpar para recuperar a confiança sul-americana no país, ainda conforme o próprio barão as relações com os uruguaios passaram a ser excelentes. (Cervo & Bueno 2011)

A resolução pacífica da questão territorial, juntamente com o novo panorama latino americano, serviu para marcar o fim de uma era conflituosa e o início de um novo período de estabilidade e reciprocidade diplomática entre Brasil e o Uruguai, porém sem grandes mudanças. Destaque se no período Vargas (1930-1945) não só a visita do Presidente ao vizinho bem como um tratado de não agressão assinada com outros países latinos americanos. Bem como, a *Operação Pan-Americana* no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que era a tentativa de cooperação internacional hemisférica, tentando inserir a América Latina no sistema internacional, resultou, por exemplo, na criação em Montevidéu da Associação Latino-Americana de Livre Comércio³ (ALALC) em 1960. (Visentini 2009). Embora a associação tenha fracassado, representou a primeira tentativa de integração da América Latina sem a presença dos Estados Unidos. Já em 1969, foi assinada a carta da Bacia do Prata, e foram realizadas obras na fronteira e assinados três acordos entre os dois Estados. (Pereira 2010)

Em 1973, o Brasil novamente interferiu na política interna do Uruguai. O governo de Emílio Médici apoiou o golpe militar no Uruguai e também deu suporte aos militares uruguaios. Adiante, os dois regimes civil-militares assinaram um tratado de amizade bem como projetos para o desenvolvimento das Bacias da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. E ainda, governo de Geisel (1974-1979) mais dois acordos de desenvolvimento, além de grandes iniciativas em relação a negociações com os uruguaios, inclusive os “portenhos”, atingiram preferência em relação a bolivianos por exemplo. (Cervo & Bueno 2011; Pereira 2010).

Entre os Governos de Figueiredo e Sarney (1979-1990) se criou um inovador projeto integracionista com Argentina, que foi acompanhado de perto pelo Uruguai. O tratado que culminou das negociações em várias foi o Tratado de Integração e Cooperação econômica, em 1988 o Uruguai aderiu ao tratado. Nesse período a integração regional atingiu um patamar inédito, promovendo a cooperação entre os países visando obter benefícios numa situação global adversa. (Pereira 2010) Com base nesses acordos foi criado o MERCOSUL em 1991 com mesmos países e com a adição do Paraguai. O mercado comum conseguiu aumentar o comércio entre os membros do bloco, incrementou a captação de investimento internacional, fomentou a indústria local, além de inserir estrategicamente os Estados-membros no sistema internacional. (Moreira 2010). Foi justamente no bloco que as relações Brasil-Uruguai aconteceram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O MERCOSUL foi um dos temas centrais da agenda internacional do presidente, nesse período o bloco fez diversos acordos como, por exemplo, com a África do Sul, com a Comunidade Andina e Chile (Becart 2009).

³ Os países que assinaram o tratado foram: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai.

3. Análise Comparativa: Dilma-Mujica e Lula-Vásquez

Primeiro se analisará Lula e Vásquez os antecessores. Luís Inácio Lula da Silva (Lula) assumiu o Brasil em 2003, e sua política externa é considerada inovadora e importantíssima para inserção internacional do país, no que foi denominado por Cervo (2011) de “Inserção Internacional Interdependente”. No seu governo buscou a união da América do Sul, incentivou a internacionalização das empresas brasileiras, aprofundou o relacionamento com os árabes e africanos, tornou o Estado um mediador no plano multilateral e virou um ator independente de fato, tendo como objetivo primordial um cadeira permanente no conselho de segurança da ONU (Becard 2009; Cervo & Bueno 2011).

Já Tabaré Vásquez quando assume o Uruguai em 2005, tem sua política internacional esteve dividida entre integração pelo MERCOSUL e relação de privilegio com os EUA. Neste período o governo uruguaio, criticou o Brasil e a Argentina inclusive com o último, atritos mais sérios. (Moreira 2010; Anton 2011)

As relações uruguaio-brasileira no período e feita de avanços e retrocessos. No plano multilateral os saldos positivos são: o apoio uruguaio, ao Brasil para ter uma cadeira no conselho de segurança da ONU, a missão do Haiti em que ambos participaram, além de consenso nas negociações na “Rodada Doha” a respeito da retirada de barreiras protecionistas aos produtos agrícolas. Enquanto no plano bilateral: A bilateralização do Acordo sobre Residências para Nacionais do Mercosul, o acordo entre BNDS e o Banco de la República Oriental del Uruguay para linhas de crédito para investimentos conjuntos e assinatura de cinco acordos durante a visita do Presidente Lula ao Uruguai em 2007 (Becard 2009).

Entretanto, alguns fatos foram desagradáveis para o estreitamento dos países. A negociação do Uruguai de um tratado de livre comércio com EUA não foi bem vista pelo Brasil, que pressionou os uruguaios para não assinatura, onde o mesmo não avançou. Outro fator que mostra falta de consenso em suas políticas exteriores foi uma candidatura de cada Estado para o cargo de diretor geral da OMC e o não apoio do Uruguai ao candidato brasileiro a presidência do BID (Anton 2011; Luzuriaga 2007).

Tanto Brasil como Uruguai, enfrentaram relações difíceis com a Argentina. Do lado brasileiro a balança favorável, somado a crise no vizinho e o protecionismo trouxe dificuldade e acabou gerando uma estagnação na integração. Essa estagnação só foi amenizada com a assinatura de 17 acordos em 2008, em áreas como: integração produtiva, energia, ciência e tecnologia e defesa (Cervo & Bueno 2011). No lado uruguaio o problema foi a instalação duma fábrica de celulose nas margens do Rio Uruguai pelo país. O fato gerou mesmo até bloqueio de vias de acesso do Uruguai para a Argentina e um enorme desgaste entre os Estados. O Brasil foi alvo de críticas dos uruguaios por não se posicionar e nem ajudar a resolver o problema (Antón 2011).

Mesmo assim, o saldo acaba sendo positivo. Os governos demonstraram em seus discursos a importância da integração da região e assumiram compromissos futuros, onde se destaca: o melhoria dos serviços administrativos e aduaneiros, promoção comercial conjunta de alguns produtos, procedimentos mais ágeis com relação a matéria de normas técnicas e sanitárias e o entendimento entre LATU e INMETRO. (Becard 2009)

Dilma e Mujica assumiram respectivamente em 2011 e 2010, onde se esperava uma política internacional de continuidade. A agenda internacional do governo Mujica tem procurado dar continuidade na realização dos objetivos nacionais do seu antecessor. Como o relacionamento com os

países vizinhos, a consolidação da UNASUL⁴, a integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul (Batalla 2011).

Como no programa de política exterior de seu antecessor, Dilma tem procurado robustecer as relações Sul-Sul do Brasil, no âmbito dos BRICS e do MERCOSUL. Além disso, o país mantém a liderança da Missão de Paz da ONU no Haiti. A Presidenta manifesta também uma preocupação com os Direitos Humanos como marca forte da agenda brasileira, sendo tal postura observada, por exemplo, ao condenar a posição anterior do país quanto ao Irã. (Garcia 2011)

Diferentemente de seus antecessores, Mujica e Rousseff mostraram unidade no plano multilateral e relações similares aos seus parceiros de MERCOSUL. Numa das maiores conquistas da diplomacia de Dilma, a vitória na eleição para diretor geral da OMC, o Uruguai apoiou o Brasil, acreditando que o país poderá representar seus interesses no organismo (Almagro 2013). O que difere completamente dos governos anteriores como já visto, ambos os Estados haviam lançado candidatura própria.

Com relação à Argentina, o governo uruguaio procurou resolver problemas com o seu vizinho e melhorar a relação diplomática. O fim de problemas envolvendo o Rio Uruguai possibilitou uma retomada na cooperação entre ambos. Por exemplo, em encontros presidenciais foram firmados acordos para uma nova política de fronteira e cooperação em energia elétrica e a gás. (Batalla 2011) Da mesma forma, Rousseff buscou uma maior cooperação e parceria com a Argentina. A confirmação de um futuro relacionamento pacífico e necessário foi obtida em diferentes momentos no ano de 2011. Em Buenos Aires as líderes afirmaram a importância estratégica da aliança como peça fundamental da integração regional e também firmaram compromisso relativo à cooperação bilateral. Não diferentemente, em Brasília mantiveram o mesmo discurso além de destacarem a importância do MERCOSUL e da UNASUL, o primeiro como integração regional e o segundo como um caminho para a cooperação na América do Sul (Granato 2012). Ainda no fim de 2012 deram apoio aos argentinos em uma declaração especial do MERCOSUL sobre as Ilhas Malvinas. (Itamaraty 2012c). As declarações demonstraram que os governos estão dispostos a desenvolver uma política de aproximação e cooperação com a Argentina.

Ainda no MERCOSUL, um dos maiores desafios políticos atuais, ou desestabilizadores do bloco, é a suspensão do vizinho paraguaio. Em junho de 2012, o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, sofreu *impeachment*, resultado de uma ação considerada polêmica pelos outros partícipes da união aduaneira imperfeita. Consequentemente, o controverso episódio levou à suspensão do Paraguai do MERCOSUL e da UNASUL. Além das medidas institucionais, os presidentes uruguaio e brasileiro deram fortes declarações sobre o episódio. Como a fala de Mujica a uma rádio uruguaia: “Franco já sabia do resultado. Esta é uma das provas mais claras de que a decisão fora tomada fora do julgamento. Os fatos criam a suspeita de que, no fundo, era um golpe de Estado orquestrado por acordos políticos.” (Mujica 2012a). A governante do Brasil sugeriu até mesmo a expulsão do Paraguai da Unasul e do MERCOSUL e ainda ressaltou a importância da democracia na América Latina: “nós que passamos por um processo muito doloroso de golpe, passamos por processo de retomada da democracia. Dar valor a ela é algo muito importante, mostra maturidade da América Latina” (Rousseff 2012a).

Simultaneamente a suspensão do Paraguai do MERCOSUL deu-se a entrada da Venezuela como membro pleno do bloco. Mais uma vez os presidentes mostraram consenso, e em dezembro de 2012 saudaram a entrada venezuelana. Salientaram que o fato mostrava uma nova realidade política na América do Sul, representando um fortalecimento do bloco como um espaço de integração e ainda um grande passo para a união dos povos do sul (Itamaraty 2012b). A Presidenta do Brasil ainda afirmou

⁴ A união das Nações Unidas ou UNASUL trata-se da união do MERCOSUL e da Comunidade Andina das Nações. Foi assinada em 2008 e engloba os 12 países da América do Sul, já que além dos membros das uniões aduaneiras participam Chile, Guiana e Suriname.

que a entrada da República Bolivariana da Venezuela aumentaria as capacidades do bloco e sua dimensão geopolítica e econômica. (Rousseff 2012b). Mujica, por sua vez considerou a entrada da Venezuela como um marco histórico (Mujica 2012b).

Com relação a relação bilateral em 2011, Brasil e Uruguai fizeram ajustes pontuais em sua relação. Na visita da Presidenta Dilma ao Uruguai, foram assinados 16 atos bilaterais, inclusive uma declaração conjunta, com forte destaque para a cooperação bilateral de ambos os países. Isso colaborou para assinatura de novos acordos no ano seguinte. Essa foi terceira visita oficial de Rousseff em seu governo, Lula só visitou oficialmente o Uruguai em seu segundo mandato.

Em julho de 2012, Brasil e Uruguai instituíram uma nova e fundamental parceria estratégica. O Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN) tem como objetivo consolidar um plano de ação para integração e desenvolvimento sustentável de ambos os países, priorizando as seguintes áreas: integração produtiva, ciência, tecnologia e inovação, comunicação e informação, integração da infraestrutura de transporte, livre circulação de bens, serviços e pessoas, de acordo com o Comunicado em Conjunto dos presidentes, no ato da formalização dessa ação bilateral. (Itamaraty 2012a)

Em 05 de outubro, os chefes da diplomacia brasileira e uruguaia se encontraram novamente. O Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Antônio Patriota, e o uruguaio, Luis Almagro, avaliaram os avanços do GAN e da integração dos dois países. Almagro inclusive salientou a necessidade de uma profunda integração entre o Estado brasileiro e o Estado uruguaio, servindo de modelo para o restante da América do Sul (MREE Uruguai 2012a). Durante a reunião foi apresentado pelo Uruguai uma lista de propostas para reduzir as assimetrias e assim facilitar o comércio e a cooperação na área fitossanitária e nos setores de transporte, ciência e tecnologia. O ministro uruguaio ainda comemorou os grandes avanços no setor automotivo e náutico colaborando para a integração produtiva. Entretanto, nas áreas de energia eólica, biotecnologia e combate a desertificação há muitos passos a serem dados ainda. (MRE Uruguai 2012b).

O GAN concluiu o ano de 2012 realizando um balanço positivo das iniciativas até então desenvolvidas. Em dezembro, no “Comunicado Conjunto Presidencial: Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai” os presidentes declararam que: estão satisfeitos com o empenho e o resultado das reuniões dos subgrupos para cumprir seus objetivos. Registraram as ações dos subgrupos desde a criação do GAN e ainda definiram questões sobre o futuro do mesmo. Nas ações até aqui, o destaque foi atribuído para a conclusão da elaboração de um plano de ação na área de comunicação e informação; um plano de ação em fases para a livre circulação de pessoas em até oito anos; um memorando de entendimento do INMETRO e do LATU (Laboratório Tecnológico do Uruguai), que facilitará a livre circulação de produtos (visto que o produto que for certificado em algum dos países, não precisará passar pelo mesmo processo quando for exportado para o vizinho). Saudaram a conclusão das obras que permitam a retomada da conexão ferroviária, além de destacar avanços em outras áreas como: integração produtiva; ciência, tecnologia (Uruguai 2012b). Diversos pontos discutidos pela GAN já eram considerados prioritários pelos presidentes anteriores, o que demonstra também uma continuidade das ações ao longo prazo.

Em 2013, o congresso brasileiro aprovou uma lei que permite fazer operações de comércio exterior com moeda local. O acordo já havia sido feito pelos bancos centrais de Brasil e Uruguai, com o mesmo, será reduzido o custo das operações com a conversão de moeda que antes eram realizadas em dólar, agora serão feitos com Reais e Pesos Uruguaios, bem como maior agilidade e clareza nas negociações. (Senado 2013)

4. Considerações Finais

Com o fim da monarquia brasileira, as relações com o Uruguai entraram num processo de reciprocidade. A relação entre os dois países, na maioria das vezes, desenvolveu-se sem grandes retrocessos e divergências, salvo exceções como o golpe militar de 1973. Precisamente, nesse sentido, o Brasil ressuscitou o modelo intervencionista da política externa do Segundo Reinado. Mesmo durante ambos os períodos ditatoriais, as relações entre esses países foram recíprocas, amistosas.

Não diferentemente, o relacionamento brasileiro-uruguaio atual é resultado de um processo antigo de amadurecimento entre ambas as diplomacias, principalmente durante a fase de reconstrução de suas democracias. A partir de 2011, evidencia-se o estreitamento das relações profícuas, desenvolvidas entre os governos Dilma Rousseff e José Mujica, que resultou no GAN, retratado neste trabalho. Essa iniciativa cria condições para um avanço da cooperação entre Brasil e Uruguai e faz com que o GAN surja como uma das ferramentas para a integração regional. Além disso, o principal objetivo do grupo—“aprofundar a integração entre os Estados vizinhos”, vai diretamente ao encontro com alguns objetivos de outros processos integracionistas locais. Para mais, o GAN além de aumentar a simetria entre os países do Grupo de Alto Nível, o que por si só já diminui as diferenças, também pode servir como exemplo para os demais países do bloco multilateral.

Embora o GAN esteja apenas no seu princípio deve-se reconhecer que é um interessante esforço para aumentar a integração com o Uruguai. Esse esforço se somado com o de outros países, e também com outras ações que corroborem no mesmo sentido, podem resultar em uma situação regional de maior entendimento e cooperação, trazendo benefícios e diminuindo as dificuldades socioeconômicas da região, frente aos desafios globais.

Enquanto instrumento da política externa brasileira, o GAN colabora para que o Brasil seja o representante regional da América do Sul. Esta posição é de suma importância para que o Estado brasileiro tenha um papel de maior destaque no sistema internacional, colaborando com o projeto brasileiro de ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Assim sendo, sugere-se a confirmação da hipótese, de fato houve um avanço da cooperação nos governos Dilma e Mujica. Os países compartilharam posicionamento orquestrado tanto no plano multilateral, quanto nas relações regionais.

O Brasil elegeu pela primeira vez o cargo mais alto da OMC, com apoio do Uruguai, diferente do que havia acontecido no governo Lula, os dois governos também foram firmes e agiram juntos na questão do Paraguai e na entrada da Venezuela no MERCOSUL e finalmente procuraram juntos resolver litígios ainda não resolvidos dos governos passados com a Argentina.

Sendo assim, evidencia-se no plano bilateral não só uma continuidade das ações, bem como um incremento nas integrações. Questões acordadas anteriormente foram realizadas bem como: a continuidade das obras, o memorando do LATU e do INMETRO que fora acordado, procuraram se resolver as questões burocráticas e administrativas e se destaca no âmbito comercial a utilização da moeda local para comércio entre ambos. E o aditivo importante trata-se do GAN que torna a relação Brasil-Uruguai, estratégica para os Estados e fortalece o Cone Sul.

Referências

ALMAGRO, Luís. **Uruguai apoia candidatura do Brasil a OMC**. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uruguai-apoia-candidatura-do-brasil-para-dirigir-a-omc-,984852,0.htm>> Acesso em: 30 de Fevereiro de 2013.

ANTÓN, Romeo Pérez. **Política Exterior Uruguaia: Siglo XX**. Ediciones de la Plaza. Montevideu, Uruguai. 2011.

BATALLA, Isabel Clemente. **Transiciones en la política exterior de Uruguay (2000-2011)**. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo. Vol. 6. No. 11. 2011. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19049_Cached.pdf Acesso em: 11 de Dezembro de 2012.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4º Ed. Editora UNB. Brasília. 2011

GARCIA, Raphael Tsavko. A política externa independente brasileira: de Lula/Celso Amorim a Dilma Rousseff/Antônio Patriota e um breve resumo histórico. **3º Encontro Nacional da ABRI. 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300037&script=sci_arttext&tlng=pt> acesso em: 10 de Janeiro de 2013.**

ITAMARATY. Nota 192, **Comunicado Conjunto Presidencial: Novo Paradigma para a Relação Brasil-Uruguaí, 31/07/2012, 2012a, notas à imprensa do site do Itamaraty**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-presidencial-novo-paradigma-para-a-relacao-brasil-uruguai/>> acesso em: 16 de Novembro de 2012.

ITAMARATY. Nota 323, **Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul 07/12/2012, 2012b, notas à imprensa do site do Itamaraty**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-brasil-7-de-dezembro-de-2012>> acesso em: 20 de Dezembro de 2012.

ITAMARATY. Nota 325, **Declaração Especial sobre a Questão das Ilhas Malvinas, 07/12/2012, 2012c, notas à imprensa do site do Itamaraty**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-especial-sobre-a-questao-das-ilhas-malvinas-2013-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-2013-brasil-7-de-dezembro-de-2012>> acesso em: 20 de Dezembro de 2012.

LUZURIGA, Wilson Fernández. **La insercion Internacional em 2005: Roles y Postures de los Decisores Gubernamentales**. Serie de Documentos de Trabajo Unidad Multidisciplinaria de Ciencias Sociales de la Universidad de la Republica. 2005. Disponível em: <http://www.fcs.edu.uy/archivos/71%20La%20inserci%C3%B3n%20internacional%20en%202005.%20Roles%20y%20posturas%20de%20los%20decisores%20gubernamentales.pdf> acesso em: 14 de Março de 2013.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEIROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis Da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2010.

MRE Uruguai. **Encuentro entre el canciller Almagro y canciller Patriota en Rio de Janeiro**. 2012a. Disponível em: <<http://www.mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,ampliacion->

actualidad,O,es,0,PAG;CONC;128;2;D;encuentro-entre-el-canciller-almagro-y-el-canciller-patriota-en-rio-de-janeiro;3;PAG> acesso em: 23 de Dezembro de 2012.

MRE Uruguai. **Reunion de ministros Almagro y Patriota**. 2012b. Disponível em: <<http://www.mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,ampliacion-ppal2,O,es,0,PAG;CONC;1961;39;D;reunion-de-ministros-almagro-y-patriota;1;PAG>> Acesso: 28 de Dezembro de 2012.

MUJICA, José. **Entrevista a Rádio Montecarlo**. *Opera Mundi* 2012a. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22672/mujica+classifica+impeachment+de+lugo+de+golpe+de+estado.shtml>> acesso em: 20 de Fevereiro de 2013.

MUJICA, José. 2012b. **Entrevista no dia 31 de Julho de 2013**. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/chavez-no-mercosul-venezuela-podera-se-livrar-de-modelo-petroleiro-5640220>> acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevich. **Relações Exteriores do Brasil III (1964-1990): Do Regime Militar à “Nova República”**. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2010.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina**. Dissertação de Mestrado do PPGH da UFF. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEREIRA_Aline_Pinto-S.pdf> acesso em: 27 de Novembro de 2012.

ROUSSEFF, Dilma. **Entrevista coletiva durante a Rio+20**. *Estadão*. 2012a. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,impeachment-pode-levar-a-sancao-do-paraguai-sinaliza-dilma,890182,0.htm>> acesso em 05 de Janeiro de 2013.

ROUSSEFF, Dilma. **Entrevista no dia 31/07/2012**. *Reuters*. 2012b. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE86U05E20120731>> acesso: 05/01/2013.

SENADO. **Comércio com pagamento em moeda local incluíra Uruguai**. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2013/05/09/comercio-com-pagamento-em-moeda-local-inclui-uruguai>>. Acesso em 14 de Maio de 2013.

SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Williams. . **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930): A Política Externa do Sistema Agroexportador**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.

URUGUAI. Site da Presidência, **Comunicado Conjunto Presidencial: Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e Integração Brasil-Uruguai**. 2012b. Disponível em: <http://medios.presidencia.gub.uy/jm_portal/2012/noticias/NO_G606/Com_Uruguay_Brasil.pdf> acesso em: 11 de Fevereiro de 2013.

URUGUAI. Site da Presidência, **Notícia sobre a I Reunião do GAN**. 2012a. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/comunicacionnoticias/cancilleria-grupo-alto-nivel>> acesso em 08 de Janeiro de 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): O nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2º Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.